

Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões

Community-based tourism and sustainable local development: connections and reflections

Thiago Chagas de Almeida

Mestre em Administração na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória/ES, Brasil. Doutorando em Administração Pública na Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa/MG, Brasil.

E-mail: thiagoc-almeida@hotmail.com

Magnus Luiz Emmendoerfer

Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa/MG, Brasil. Professor no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto/MG, Brasil.

E-mail: magnus@ufv.br

Artigo recebido em: 13-06-2022

Artigo aprovado em: 12-10-2022

RESUMO

Este trabalho analisou como o Turismo de Base Comunitária (TBC) pode contribuir para o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). Tal objetivo partiu da noção de TBC como um modelo de gestão da visitação turística que busca o equilíbrio dos elementos socioterritoriais de um determinado local. Desse modo, haveria uma certa similaridade entre os princípios do TBC e a perspectiva de DLS, que apesar de ser muito discutida, ainda é pouco detalhada pela literatura. A investigação foi realizada por uma pesquisa exploratória qualitativa, por meio de uma revisão integrativa da literatura com emprego da técnica análise de conteúdo do tipo temática. Os resultados da pesquisa mostraram que o TBC pode contribuir para o DLS gerando benefícios, de caráter endógeno: econômicos, ecológicos, sociais, culturais, e políticos. Assim, foi possível contribuir teoricamente para compreender a articulação entre o TBC e o DLS, que é um tema que precisa ser mais aprofundado pela literatura. Além disso, este trabalho reforçou a importância de promover práticas voltadas ao TBC, tendo em vista seus benefícios para o DLS.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Turismo Sustentável. Desenvolvimento Local Sustentável. Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

This paper analyzed how Community-Based Tourism (CBT) can contribute to Sustainable Local Development (SLD). This objective started from the CBT notion as a touristic visitation management model that seeks to balance the socio-territorial elements of a given location. In this sense, there would be a certain similarity between the CBT principles and the SLD perspective, which, despite being much discussed, is still poorly detailed in the specialized literature. The investigation was carried out by qualitative exploratory research through an integrative literature review with the support of the thematic content analysis technique. The research results showed that CBT could contribute to SLD generating benefits of an endogenous nature: economic, ecological, social, cultural, and political. Thus, it was possible to theoretically contribute to understanding the articulation between CBT and SLD, a topic that needs further exploration in the literature. In addition, this work reinforced the importance of promoting practices aimed at CBT, given its benefits for SLD.

Keywords: Community-Based Tourism. Sustainable Tourism. Sustainable Local Development. Territorial Development.

1. INTRODUÇÃO

O TBC é um modo de gestão da visitação voltado a valorizar a cultura das comunidades tradicionais, a realizar ações socioeducativas de preservação ambiental e a estimular o mercado local, pela geração de ganhos econômicos coletivos (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio], 2018). Dessa forma, percebeu-se um alinhamento entre as propostas do TBC e o conceito de DLS (Gómez, Falcão, Castillo & Correia, 2015).

De modo geral, o DLS leva em conta fatores institucionais, políticos, econômicos, sociais e ambientais (Kronemberger & Costa, 2016). Esse tipo de desenvolvimento busca fortalecer a capacidade decisória da sociedade civil, estimular o crescimento econômico, promover bem estar para população e preservar o meio ambiente, considerando as características e recursos locais (Paula, 2008).

Verifica-se assim, que o TBC enquanto prática turística pode colaborar para o DLS, tendo em vista principalmente que o turismo convencional ou de massa causa alguns efeitos negativos – apesar de também ter seus benefícios. Segundo Fabrino, Costa e Nascimento (2012), o turismo de massa acaba reforçando as desigualdades sociais, limitando a população nativa a funções subalternas na prestação dos serviços de visitação.

No turismo massificado, a comunidade local muitas vezes é restrita a trabalhos de baixa remuneração, como de serviços gerais, de jardinagem, de vendedor(a) ambulante, de garçom(nete), etc. (Fabrino *et al.* 2012). Além disso, esse turismo, que é altamente voltado a atender as necessidades do mercado, pode implicar em processos espaciais de gentrificação. Isso ocorre quando a prevalência dos interesses de financeiros acarreta em uma “goumertização” dos bairros tradicionais – vistos como potencialmente turísticos – fazendo com que os moradores vulneráveis economicamente não consigam mais residir no local pelo aumento do custo de vida (Leite, 2007).

Não se trata aqui de abominar qualquer prática do turismo convencional, nem acreditar que ele não pode ser repensado, a fim de reduzir seus impactos negativos. Mas apenas de identificar que o TBC é um modelo que vai na contramão desses impactos e que por conta disso e todas suas diretrizes, pode trazer contribuições para o DLS.

Contudo, essa relação ainda carece de uma ampla discussão, para que se tenha uma melhor compreensão das interseções entre o TBC e o DLS (Pinheiro, 2016). A partir dessa

problemática, o presente trabalho questiona: *Como o TBC pode contribuir para o DLS?* Para responder a essa questão, foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa: que busca, qualitativamente, tornar um tema mais compreensível e instigante, visando tanto embasar como estimular novas investigações (Gil, 2007).

Este trabalho também se desenvolveu, metodologicamente, por uma revisão integrativa da literatura, coletando e analisando artigos dos portais de periódicos *Spell* e *Web of Science*. A análise dos dados se baseou na técnica análise de conteúdo do tipo temática, que identifica os núcleos de sentido relevantes ao objetivo do estudo (Bardin, 2018), que foi de: *analisar as potenciais contribuições do TBC para o DLS, pelas conexões entre os seus princípios*.

Como implicações teóricas, este trabalho trouxe um melhor entendimento da relação entre o TBC e o DLS, que segundo Pinheiro (2016), é um tema que precisa ser mais discutido. Ademais, indicou-se possibilidades para estudos futuros sobre o assunto. Já como implicações práticas, os resultados mostraram a importância do TBC e como o DLS pode ser impulsionado, a partir dessa prática e modo de gestão da visitação.

2. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O movimento para um turismo responsável – que orientou a concepção do TBC – teve início no final do século XX, na Europa. De acordo com Fabrino (2013), este movimento se baseou nas prerrogativas do Desenvolvimento Sustentável (DS) e de uma visão crítica ao turismo de massa. Pode-se dizer, que o TBC surgiu de diversos debates acerca da necessidade de se criar um modelo de turismo mais justo e equilibrado, que leve em conta a conservação ambiental e coloque a população local como protagonista do planejamento, execução e controle das atividades turísticas (Araújo, 2011).

No Brasil, o TBC está sendo discutido academicamente desde a década de 1990 (Graciano & Holanda, 2020). Mas o tema só foi ganhar mais destaque com o V Fórum Social Mundial, que ocorreu em 2005 na cidade de Porto Alegre (Neuhaus & Silva, 2006). Esse evento resultou na elaboração de uma Declaração, que apresentou a proposta de um turismo fundamentado na autogestão das comunidades locais, contrapondo modelos centralizadores e socialmente excludentes (Neuhaus & Silva, 2006). Observa-se, assim como Meguis, Farias, Viana e Hamoy (2015) já haviam indicado, que o TBC foi pensado como uma saída para os problemas ocasionados pelo turismo convencional.

Por conta disso, é necessário se aprofundar mais nas características do turismo convencional (ou massificado) que o TBC contrapõe, até para poder diferenciá-los. Segundo Moraes, Irving e Mendonça (2018), o TBC é tido como uma estratégia de resistência de comunidades tradicionais frente à atuação agressiva do turismo convencional, de ameaçar o equilíbrio ambiental e sociocultural dos lugares. O TBC se opõe, por exemplo, à pressão global de grandes projetos hoteleiros que têm por consequência uma excessiva especulação imobiliária (Moraes *et al.*, 2018) e a privatização de espaços que deveriam ser públicos, como alguns *resorts* que ocupam faixas de areia das praias (Coriolano, 2009).

Leite (2007) identificou que o turismo de massa altera a dinâmica e o uso dos espaços, podendo inclusive estimular processos de gentrificação, que dificulta o acesso e a permanência de moradores mais pobres em áreas supervalorizadas economicamente. No TBC o processo decisório se baseia na realidade do território local, não em interesses externos centralizados (Gómez *et al.*, 2015). Além disso, o TBC ocorre em pequena escala, possibilita uma maior convivência entre turistas e guias e preza pela preservação das singularidades do lugar, em relação aos recursos naturais, gastronômicos e culturais – diferente do turismo convencional (Maldonado, 2009). Tais recursos geram aproximações do TBC com formas que agregam valor a experiência turística ofertada e ao desenvolvimento territorial por meio da criatividade como o turismo criativo (Emmendoerfer, 2019; Emmendoerfer, Moraes, & Fraga, 2016).

Outra distinção que deve ser feita é entre TBC e Turismo Comunitário (TC). Muitos trabalhos mencionam TBC como TC, mas Graciano e Holanda (2020) indicam que não são a mesma coisa. Segundo estas autoras, ambos buscam a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida da população local pelo turismo. Entretanto, apenas o TBC traria uma orientação de emancipação comunitária das populações tradicionais, pela autogestão das atividades turísticas. Apesar do TC buscar exaltar o modo de vida local, ele ainda é atrelado à lógica de gestão do turismo convencional (Graciano & Holanda, 2020).

Neste trabalho, foram analisados estudos que também utilizaram o termo TC, desde que dentro da ideia de emancipação comunitária do TBC, apresentada por Graciano e Holanda (2020). Isso se justifica porque em muitos casos o significado é o mesmo. Para Fabrino *et al.* (2012) e Maldonado (2009), por exemplo, o TC é basicamente uma forma de organização das atividades turísticas voltada à autogestão sustentável, por parte das comunidades tradicionais. Se para Coriolano (2009), os TCs são Arranjos Produtivos Locais (APLs) organizados associativamente pelas comunidades direcionados às atividades

econômicas associadas ao turismo, para Antero, Emmendoerfer, Mediotte e Dallabrida (no prelo) tal direcionamento englobaria governança e representação. Contudo, o conceito de TBC do ICMBio (2018) vai de encontro a essa concepção, entendendo que:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (p. 10).

Observa-se que, apesar de distintas, as definições de TBC apresentam uma certa similaridade semântica. Em vista disso, o Ministério do Turismo (MTur, 2010) brasileiro indicou características comuns das inúmeras perspectivas de TBC, sendo elas: o protagonismo das populações tradicionais e locais na gestão do turismo; o objetivo de trazer benefícios e oportunidades mais amplos para a comunidade; a valorização e resgate da cultura local; e o enfoque na colaboração, participação e parceria entre as iniciativas de TBC.

Assim sendo, para fins de delimitação deste estudo e associação ao DLS, esses atributos serão considerados as diretrizes do TBC. Logo, deve-se ponderar que as potenciais contribuições do TBC para o DLS foram fundamentadas nas diretrizes desse modelo de gestão das atividades turísticas, não da sua ocorrência na prática. Tal recorte leva em conta que nem todas iniciativas classificadas como de TBC têm os mesmos atributos na prática e conseqüentemente, não contribuem da mesma forma para o desenvolvimento local.

Além dessa ressalva, é importante mencionar o porquê de se investigar o potencial contributivo do TBC para DLS, ou seja, o que justifica esta pesquisa. Diversos autores – como Burgos e Mertens (2015), Gómez *et al.* (2015), Graciano e Holanda (2020), Maldonado (2009), Okazaki (2008) e Pinheiro (2016) – acreditam que o TBC tem capacidade de promover o DLS. Porém, ainda há a necessidade de apresentar, de modo mais detalhado, como essa relação se estabelece (Pinheiro, 2016).

Diante disso, pretende-se aqui, através dos princípios do TBC e do DLS, traçar conexões mais diretas entre esses dois temas. A princípio, foi visto que, por estimular a preservação ambiental, a cultura dos povos tradicionais e o crescimento econômico do local, o TBC se alinha ao DLS. Mas antes de explicar melhor essa relação, deve-se compreender o que é DLS, que será discutido no próximo tópico.

3. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento é um termo muito polissêmico, por ser apresentado pelos mais variados significados (Dallabrida, 2017; Lima & Simões, 2010). Neste trabalho, optou-se por uma perspectiva de desenvolvimento geográfico ou territorial sustentável, partindo especificamente da sua natureza local. De modo geral, o desenvolvimento territorial é um processo de mudança contínua, que se situa na história e em peculiaridades socioterritoriais, a fim de melhorar o modo de vida da população (Dallabrida, 2017).

Para Franco (2002), Kronemberger e Costa (2016) e Silveira (2010), por se definir e redefinir de relações socioterritoriais, o desenvolvimento local também pode ser entendido como um desenvolvimento territorial. Não como se fosse uma escala menor do desenvolvimento territorial (pois suas relações e impactos ultrapassam o nível micro) (Silveira, 2010), mas no sentido de natureza, por ser um desenvolvimento construído pela identidade e pertencimento com o local (Tenório, 2012). Vale destacar, que a delimitação de local pode representar qualquer configuração socioterritorial com atributos materiais e imateriais próprios (Kronemberger & Costa, 2016), como região, município, bairro, etc.

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento local é resultante da capacidade de atores locais se estruturarem e estimularem transformações socialmente positivas, com base na sua cultura e características singulares. Portanto, considera-se que o desenvolvimento local é um processo que objetiva melhorar a qualidade de vida das pessoas, fundamentado em especificidades locais, mas cujas as implicações podem extrapolar suas fronteiras.

Definido o que é desenvolvimento local, é importante explicitar agora como o elemento “sustentável” se insere nessa perspectiva. O conceito de DS passou a ganhar mais relevância após a publicação do Relatório *Brundtland*, em 1987, intitulado como *Our Common Future* (em português, *Nosso Futuro Comum*) (Tayra, 2009). Esse relatório trouxe que o DS seria “(...) o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer as capacidades das gerações futuras de conhecer suas próprias necessidades” (World Commission on Environment and Development [WCDE], 1987, p. 43, tradução nossa).

No decorrer dos anos, o DS foi apresentado por inúmeras perspectivas, tendo alguns autores o associado a um processo para o alcance da sustentabilidade, já outros fazendo o inverso (Sartori, Latrônico & Campos, 2014). Neste estudo, optou-se pela perspectiva de desenvolvimento como um processo, considerando sua dinamicidade e que a sustentabilidade

teria mais uma ideia de intento final, estabelecido a partir de determinados parâmetros do que se quer alcançar.

Independente do seu caráter processual ou de resultado, o que múltiplos autores indicam é que o DS preconiza o equilíbrio entre os fatores econômicos, ambientais e sociais (Sartori *et al.* 2014). De modo complementar e o compreendendo como um processo, Carvalho (2019) defende que o DS harmoniza os pilares: econômico; ambiental/ecológico; social, cultural; político; e histórico. Já Mance (2004), traz que o DS deve se preocupar em nivelar questões dos campos: econômico; ecológico; social; cultural; político; ético; pedagógico; metodológico; gênero; ritmo; e território.

Diante das várias dimensões que o DS busca equilibrar (a depender do seu conceito utilizado), cabe delimitar, a partir das características do TBC, quais serão utilizadas como categorias analíticas nesse estudo. Ou seja, as potenciais contribuições do TBC para DLS serão analisadas através de quais dimensões? Assim sendo, pela definição de TBC, observou-se que ele seria importante para equilibrar os aspectos: econômico, ecológico, social, cultural e político.

No tópico ‘resultados e discussão’, a articulação do TBC ao DLS por essas dimensões é mais detalhada. Aqui, como referencial teórico, é apresentado apenas o que significa cada uma delas, conforme o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Dimensões do Desenvolvimento Local Sustentável investigadas

| | |
|------------------|--|
| Econômica | Refere-se ao crescimento econômico com equidade distributiva, que gera trabalho e renda para diversos atores locais, não apenas alguns de modo mais concentrado. |
| Ecológica | Trata-se da preservação dos recursos naturais locais, a ponto de não comprometer a disponibilidade deles para as futuras gerações. |
| Social | Caracteriza-se pela contraposição a práticas de exclusão social, reforçando a dignidade da pessoa humana e mantendo relações justas entre os diferentes atores locais. |
| Cultural | É a valorização da cultura popular local e o respeito às diferenças identitárias. |
| Política | É a promoção da cidadania e da autogestão social, trazendo um maior protagonismo decisório à população local nas ações que a impactam. |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Mance (2004).

Os fatores que o DS pretende equilibrar são infinitos, a depender do conceito e do que se está estudando. Dessa forma, esta pesquisa parte de uma definição de DLS própria, mas que ao mesmo tempo se prende ao referencial teórico. Nesse sentido, entende-se que o DLS é um processo endógeno (baseado nas peculiaridades locais) que busca melhorar a qualidade de

vida da sociedade pelo equilíbrio de múltiplos fatores, como o econômico, o ecológico, o social, o cultural e o político.

Obviamente que, na prática, promover o DLS é algo muito difícil, só que investigar isso não é o enfoque deste trabalho. O que se pretende aqui é analisar de que maneira os princípios do TBC se aproximam da concepção de DLS e por isso, podem ser vistos como um modelo de gestão da visitação potencialmente contributivo a essa abordagem desenvolvimentista. No próximo tópico são apresentados os procedimentos metodológicos para a realização dessa análise.

4. METODOLOGIA

Este trabalho partiu da abordagem metodológica qualitativa, que enxerga e interpreta o objeto de estudo por uma perspectiva subjetiva (Flick, 2007). Em relação as suas pretensões, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, por buscar aprimorar conhecimentos e tornar um tema mais compreensível (Gil, 2007). Segundo este autor, uma maneira muito comum de fazer um estudo exploratório, é realizando pesquisas bibliográficas.

Desse modo, fez-se uma revisão integrativa da literatura, que é um tipo de pesquisa bibliográfica que analisa e sintetiza estudos sobre um mesmo assunto a fim de criar novos quadros teóricos (Snyder, 2019). Além disso, esse tipo de pesquisa tem como princípio a transparência, devendo registrar e relatar os procedimentos metodológicos realizados para se chegar aos resultados (Torraco, 2005). Vale ponderar, que o objetivo da revisão integrativa não é de sintetizar todos os trabalhos que investigam um determinado tema, nem mesmo fazer uma mera análise descritiva, mas sim de avançar no conhecimento teórico pela construção de um novo mapa conceitual que explicita analiticamente as relações entre conceitos ou ideias (Snyder, 2019).

Assim sendo, elaborou-se neste estudo um *framework* (Figura 1) que representa as potenciais contribuições do TBC para o DLS. Tal *framework* foi resultado da análise de artigos com acesso livre que tratam da relação entre o TBC e o desenvolvimento local, podendo a dimensão sustentável ser mais implícita. Foram analisados artigos tanto teóricos como teóricos-empíricos, publicados em qualquer ano. Também não houve restrição em relação à revista e seu fator de impacto. Por selecionar artigos de portais de periódicos renomados, acredita-se que foram atendidos critérios mínimos de qualidade, confirmados durante a leitura.

A coleta dos dados foi feita nos portais de periódicos *Scopus* e *Web of Science*. O acesso a esses portais se deu por um *login* institucional no site Periódicos CAPES, que possibilitou a disponibilidade gratuita de artigos que estariam restritos por um acesso direto aos sites dos portais. Após alguns testes para uma coleta adequada de artigos sobre o tema, foram definidos os seguintes termos de pesquisa: “*community-based tourism*” and “*local development*”; “*community tourism*” and “*local development*”; “*community-based tourism*” and “*territorial development*”; “*community tourism*” and “*territorial development*”.

A pesquisa nos portais foi direcionada aos títulos, resumos e palavras-chaves dos artigos. A Tabela 1 mostra o número de artigos encontrados no *Scopus* e *Web of Science* por termos de pesquisa:

Tabela 1 - Números de artigos encontrados por termos de pesquisa

| Termos de pesquisa | Número de artigos encontrados em cada portal de periódicos | |
|---|--|-----------------------|
| | <i>Scopus</i> | <i>Web of Science</i> |
| “ <i>community-based tourism</i> ” and “ <i>local development</i> ” | 7 | 5 |
| “ <i>community tourism</i> ” and “ <i>local development</i> ” | 3 | 2 |
| “ <i>community-based tourism</i> ” and “ <i>territorial development</i> ” | 1 | 1 |
| “ <i>community tourism</i> ” and “ <i>territorial development</i> ” | 1 | 0 |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a confirmação de compatibilidade com o tema, os resumos dos artigos encontrados foram lidos. É importante mencionar que muitos deles foram encontrados tanto no *Scopus* como no *Web of Science*. Considerando a não repetição, selecionou-se para a análise um total 15 artigos. O processo de coleta e seleção ocorreu entre o dia 28/01/2022 e 02/02/2022. Após essa etapa, os artigos foram lidos na íntegra e analisados.

A análise dos dados se baseou na técnica análise de conteúdo do tipo temática. Segundo Bardin (2018), essa técnica identifica dos registros dos dados (que são os artigos) os núcleos de sentido significativos para as pretensões da pesquisa. Esses núcleos de sentido foram organizados por códigos e categorias. Os códigos são trechos dos artigos relevantes para o objetivo deste trabalho e as categorias são agrupamentos dos códigos de acordo com seus significados comuns (Bardin, 2018).

Logo, as categorias representam como o TBC pode contribuir para o DLS, sendo elas definidas com base no referencial teórico e nos dados da revisão integrativa. No próximo tópico, as categorias são apresentadas e discutidas a partir de seus códigos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta parte do texto pretende, através dos resultados da revisão integrativa, responder à questão-problema e alcançar o objetivo da pesquisa. Em vista disso, cabe de antemão listar os artigos analisados. O Quadro 2 apresenta os mesmos, em ordem cronológica decrescente por linha:

Quadro 2 – Artigos analisados na revisão integrativa

| | | |
|--|---|---|
| Andries, Arnaiz-Schmitz, Díaz-Rodríguez, Herrero-Jáuregui e Schmitz (2021) | Karampela, Andreopoulos e Koutsouris (2021) | Moheno, Coria e Cruz (2021) |
| Aguilar e Reyes (2020) | González, Echeverría e Ramirez (2020) | Jaramillo, Arciniegas, Sánchez e Janne (2020) |
| Mantuano, Olives e Caicedo (2019) | Santos, Sampaio, Procopiuck, Silva e Panke (2019) | Vargas, Ocaña e Chaviano (2017) |
| Doria (2016) | Kavita e Saarinen (2016) | Rabelo <i>et al.</i> (2015) |
| Horák, Darkwah e Verter (2014) | Helmsing e Fonseca (2011) | Velázquez, Valderrama, Ruiz e Martínez (2010) |

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos trabalhos expressos no Quadro 2 resultou em um *framework*. O mesmo é apresentado pela Figura 1, que mostra as categorias e conseqüentemente, como o TBC (pelas suas diretrizes) pode contribuir para o DLS.

Figura 1 - Contribuições do TBC para o DLS



Fonte: Elaborado pelos autores.

O *framework* da Figura 1 revela que a TBC pode trazer cinco tipos de contribuições para o DLS: econômica; ecológica; social; cultural; e política. Ressalta-se que essas contribuições não devem ser entendidas como os únicos benefícios que o TBC pode gerar, direto ou indiretamente, ao DLS. Como visto no referencial teórico, o conceito de DS varia muito, no sentido de autores apontarem diversos fatores a serem equilibrados no processo de desenvolvimento. Este trabalho apresenta apenas os emergidos na análise dos artigos da revisão integrativa.

Dessa forma, pode-se dizer que a discussão sobre as contribuições do TBC para o DLS não se encerra aqui, pois, mais que novas articulações teóricas, é importante compreender como essa relação ocorre na prática. Contudo, acredita-se que este trabalho pode ser um bom ponto de partida para amarrar teoricamente dois temas com princípios similares e assim, estimular estudos futuros.

Observou-se que as dimensões do DS são promovidas pelo TBC endogenamente, considerando os recursos e as necessidades dos atores do local. Por isso, fez mais sentido falar das contribuições do TBC para o DLS e não apenas para o DS, de modo mais genérico. Isso explica também o porquê do elemento “Caráter Endógeno” está no centro das contribuições dimensionais do TBC no *framework*. Nos subtópicos a seguir essas categorias são discutidas detalhadamente, através de alguns dos seus códigos – considerações dos artigos expressivas para o objetivo deste trabalho.

5.1 Contribuição econômica

Esta categoria traz que TBC pode melhorar a equidade distributiva no crescimento econômico local, gerando trabalho e renda para comunidades tradicionais, não priorizando apenas os interesses de atores turísticos externos ou com mais capacidade financeira. O TBC se manifesta por pequenas empresas e organizações familiares (Aguilar & Reyes, 2020), ofertando produtos e serviços turísticos com base nos recursos e práticas da localidade (Helmsing & Fonseca, 2011).

Nesse sentido, Aguilar e Reyes (2020) identificaram no seu estudo, em El Castillo (Nicarágua), que o TBC é uma atividade que pode impulsionar o DLS. Isso porque, diferente do turismo de massa, o TBC fortalece de forma endógena a renda de populações mais vulneráveis economicamente (Aguilar & Reyes, 2020). Jaramillo *et al.* (2020) relevaram que o TBC não só contribui na geração de empregos para as comunidades tradicionais, como também ajuda a fortalecer o mercado local, fazendo com que os ganhos econômicos com as atividades turísticas não se direcionem a poucos atores e sejam revertidos em gastos mais externos.

Horák *et al.* (2014) e Vargas *et al.* (2017) são outros trabalhos analisados na revisão integrativa que destacam os benefícios econômicos do TBC para o DLS. Segundo estes trabalhos, o TBC oportuniza os povos tradicionais a ter seu autossustento e assim, uma melhor qualidade de vida. Portanto, indica-se que o TBC pode contribuir para promover o pilar econômico do DLS.

5.2 Contribuição ecológica

A categoria ecológica indica que o TBC pode ajudar na conscientização da preservação dos recursos naturais locais. Um dos estudos que evidenciou essa contribuição foi o de Mantuano *et al.* (2019), na província de Manabi no Equador. Esses autores constataram que, dentre outros benefícios ao DS da província, o TBC fomentou a conservação dos recursos naturais, partindo do seu princípio de defender o respeito ao meio ambiente. Tal constatação coaduna com o que tem sido observado em unidades de conservação (como parques florestais) no Brasil, envolvendo iniciativas de TBC (Moraes, Emmendoerfer & Costa, 2013; Moraes & Emmendoerfer, 2015).

Segundo Moraes, Ribeiro e Emmendoerfer (2013), bem como, Rabelo *et al.* (2015), o TBC é uma ferramenta fundamental para enfatizar o valor do patrimônio ambiental local, pela

sua capacidade de disseminar o conhecimento de práticas das comunidades tradicionais. Isso ocorre, por exemplo, pelo TBC ser praticado por povos indígenas (ou extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, etc.), que por todo seu vínculo cultural com o meio ambiente, mostra a importância de se preservar a natureza até para a manutenção da sua própria identidade enquanto grupo social.

Doria (2016) e Velázquez *et al.* (2010) também acreditam que o TBC estimula o cuidado com os recursos naturais, por dar às populações tradicionais (que têm uma relação identitária com a natureza) um maior protagonismo na gestão da visitação. Dessarte, infere-se que a dimensão ecológica do DLS pode ser promovida pelo TBC.

5.3 Contribuição social

Esta categoria se refere à característica do TBC de fazer com que a relação entre os atores locais seja mais justa e menos excludente socialmente. Nesse sentido, observou-se que TBC vai na contramão do turismo de massa voltado a atender prioritariamente os interesses do mercado e que com isso, causa diversos impactos sociais negativos.

Dentre esses impactos, destaca-se a distribuição heterogênea dos benefícios do turismo, tendo os grupos populares papéis mais subalternos e ganhos econômicos limitados na gestão da visitação (Andries *et al.*, 2021). Além disso, por aumentar abruptamente a especulação imobiliária e o custo de vida em determinadas áreas, o turismo de massa implica em um acesso desigual ao território (Andries *et al.*, 2021), fazendo com que apenas as pessoas com um poder financeiro maior consigam usufruir dos potenciais turísticos e até frequentar (ou morar) nos bairros mais valorizados.

Segundo Moheno *et al.* (2021), o TBC não só se apresenta como uma oportunidade de renda para populações mais pobres, como também contribui para inclusão de grupos socialmente invisíveis. De acordo com González *et al.* (2020), por partir de experiências autênticas e reais das comunidades tradicionais, o TBC não precisa de grandes aportes financeiros para a realização de práticas turísticas.

Assim, é possível pensar no acesso aos espaços e gestão do turismo não condicionados a quem tem uma grande capacidade econômica. Dessa forma, pode-se indicar que o TBC tem um grande potencial de reduzir as desigualdades socioterritoriais para um desenvolvimento local mais sustentável.

5.4 Contribuição cultural

A quarta categoria traz que o TBC pode contribuir para o DLS pela sua capacidade de resgatar e valorizar a cultural local, mantendo presente as características identitárias do lugar. Tal contribuição tem muito a ver com a discussão da cultura global *versus* local, no sentido dos elementos simbólicos próprios de um lugar (local) não serem sucumbidos por uma ideia de cultura única ou hegemônica (global).

Segundo Leff (1995), o DS deve ser promovido pelo respeito à diversidade cultural e às peculiaridades simbólicas de cada povo e lugar. Relacionado à isso, os trabalhos analisados na revisão integrativa revelaram que o TBC atua diretamente na manutenção da cultura local. Santos *et al.* (2019), por exemplo, indicaram que:

(...) o turismo de base comunitária considera a capacidade existente do local em acolher os visitantes turistas sempre com a preocupação do resguardo cultural a partir de uma gestão participativa e sustentável, o que possibilita conhecer outras culturas e outros modos de vida (Santos *et al.*, 2019, p. 407).

Isso acontece porque o TBC permite aos visitantes uma experiência e conhecimento mais direto com o estilo de vida dos povos tradicionais (Doria, 2016; Karampela *et al.* 2021), seja através da gastronomia, artefatos, danças, etc. Logo, considera-se que o TBC é uma prática que propaga o princípio do DLS de respeitar e preservar as culturas locais.

5.4 Contribuição política

A contribuição política se refere à capacidade do TBC de aumentar o protagonismo decisório e político da população local nas ações que a impactam diretamente, como a gestão do turismo. Para Kavita e Saarinen (2016), o TBC pode ser pensado como uma ferramenta política, proporcionando às comunidades locais um maior autocontrole e poder sobre as atividades turísticas.

Segundo Doria (2016), por se firmar na autogestão, o TBC mobiliza o empoderamento dos atores locais que o desenvolvem, favorecendo até criações de associações que defendam seus interesses. No caso estudado por Mantuano *et al.* (2019), o TBC fez parte inclusive da estratégia desenvolvimento, buscando dar uma maior autonomia às comunidades tradicionais na gestão do turismo e produzir benefícios mais locais.

Observa-se assim, que no TBC não há uma relação hierárquica e de submissão econômica entre os seus membros, como pode existir em um turismo baseado na lógica do mercado. Tal característica faz com que a comunidade local consiga ser mais independente e atuante politicamente no turismo e no próprio processo de DLS.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou que o TBC pode contribuir para o DLS pela produção de benefícios territoriais endógenos, que equilibram as dimensões: econômica, ecológica, social, cultural e política. Pondera-se que esses benefícios não devem ser vistos como os únicos do TBC para o DLS, nem entendidos como resultantes apenas desse modelo de visitação. Até porque o processo de DLS é algo bem complexo e dependente de diversos fatores, que estão inclusive além do turismo.

Portanto, o que este trabalho fez não foi trazer de maneira reducionista o que ocasiona o DLS, partindo unicamente do TBC. Mas sim apresentar como concepções similares se alinham, a ponto do TBC poder ser considerado como uma prática e modelo de gestão da visitação que impulsiona o DLS.

Assim sendo, sugere-se que estudos futuros utilizem o *framework* da Figura 1 para investigar, empiricamente, como o TBC mobiliza o DLS. Isso é necessário até para validar as categorias emergidas nesta pesquisa, verificando se elas ocorrem de fato. Também seria pertinente analisar os limites e desafios para que TBC contribua com DLS, tendo em vista que cumprir com os princípios do TBC e promover o DLS não é algo fácil.

Como implicações teóricas, este trabalho permite uma melhor compreensão das interseções conceituais entre o TBC e o DLS, que de acordo com Pinheiro (2016) é um tema que deve ser amplamente discutido. No que tange às implicações práticas, os resultados deste estudo reforçam a importância do TBC para gestores públicos subsidiarem políticas públicas e empreendedores comunitários investirem no setor. Ademais, mostram como o DLS pode ser fomentado, através desse modelo de gestão do turismo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio: do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq - Processos 309363/2019-5; 404606/2021-0, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001; e da Fundação de Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG - PPM-00049-18).

REFERÊNCIAS

- Aguilar, A. L. D., & Reyes, J. E. (2020). Family Relations and Socio-Ecological Resilience within Locally-Based Tourism: The Case of El Castillo (Nicaragua). *Sustainability*, 12(15), 1-26.
- Andries, D. M., Arnaiz-Schmitz, C., Díaz-Rodríguez, P., Herrero-Jáuregui, C., & Schmitz, M.F. (2021). Sustainable tourism and natural protected areas: exploring local population perceptions in a post-conflict scenario. *Land*, 10(3), 1-18.
- Antero, C. A. S., Emmendoerfer, M. L., Mediotte, E. J., & Dallabrida, V. R. (no prelo). Arranjos Produtivos Locais e Representação de Interesses no Turismo. *Revista RA'EGA - O Espaço Geográfico em Análise*.
- Araújo, M. (2011). O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 22(2), 238-276.
- Bardin, L. (2018). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Buarque, S. C. (2002). *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Burgos, A., & Mertens, F. (2015). Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(1), 57-71.
- Carvalho, G. O. (2019). Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão contemporânea. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 8(1), 789-792.
- Coriolano, L. N. M. T. (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In R. Bartholo, D. G., Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 277-287). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Dallabrida, V. R. (2017). *Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países*. Curitiba, PR: Editora CRV.
- Doria, R. B. (2016). El turismo comunitario como iniciativa de desarrollo local: Caso localidades de Ciudad Bolívar y Usme zona rural de Bogotá. *Hallazgos*, 13(26), 193-214.
- Emmendoerfer, M. L. (2019). Creative tourist regions as a basis for public policy. In N. Duxbury & G. Richards (Eds.). *A research agenda for creative tourism* (pp. 151-166). Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- Emmendoerfer, M. L., Moraes, W. V. D., & Fraga, B. O. (2016). Turismo criativo e turismo de base comunitária: congruências e peculiaridades. *El periplo sustentable*, 31, 1-18.
- Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Fabrino, N. H., Costa, H. A., & Nascimento, E. P. (2012). Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 5(3), 546-559.

Flick, U. (2007). *Managing Quality in Qualitative Research*. London, UK: SAGE Publications Ltd.

Franco, A. (2002). *Pobreza e desenvolvimento local*. Brasília, DF: Agência de Educação para o Desenvolvimento - AED.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas.

Gómez, C. P., Falcão, M., Castillo, L., & Correia, S. (2015). Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(5), 1213-1227.

González, R. O., Echeverría, O., & Ramirez, L. C. (2020). Modelo de Estrategia de Dogan Aplicado a los Prestadores de Servicios de Turismo con Base Comunitaria, en las Provincias de Imbabura y Pichincha [Ecuador]. *Rosa dos Ventos*, 12(3), 555-568.

Graciano, P. F., & Holanda, L. A. (2020). Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(1), 161-179.

Helmsing, A. H. J., & Fonseca, P. E. (2011). La economía política institucional del desarrollo local: dos cuentos de turismo en Brasil. *EURE*, 37(110), 31-57.

Horák, M., Darkwah, S. A., & Verter, N. (2014). Tourism as a poverty reduction tool: the case of Mukuni village in the Southern province of Zambia. *ACTA Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis*, 62(3), 1287-1292.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2018). *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes*. Brasília, DF: ICMBio.

Jaramillo, C. A., Arciniegas, C. M., Sánchez, E. O., & Janne, P. (2020). Innovación social como estrategia para fortalecer el turismo rural comunitario en Colombia. *Revista Venezolana De Gerencia*, 25(89), 92-104.

Karampela, S., Andreopoulos, A., & Koutsouris, A. (2021). “Agro”, “Agri”, or “Rural”: The Different Viewpoints of Tourism Research Combined with Sustainability and Sustainable Development. *Sustainability*, 13(17), 1-15.

Kavita, E., & Saarinen, J. (2016). Tourism and rural community development in Namibia: policy issues review. *Fennia - International Journal of Geography*, 194(1), 79-88.

Kronemberger, D., & Costa, V. G. (2016). Desenvolvimento local sustentável e governança ambiental. In A. H. Figueiredo (Org.), *Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI* (pp. 359-392). Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- Leff, E. (1995). ¿De quien es la naturaleza? Sobre la reapropiación social de los recursos naturales * Los Costos Ambientales y el Valor de la Naturaleza. *Gaceta Ecológica*, 37, 58-64.
- Leite, R. P. (2007). Lugares da Política e Consumo de Lugares: nação e patrimônio cultural. In R. P. Leite, *Contra- usos da Cidade* (pp. 34-95). Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Lima, A. C. C., & Simões, R. F. (2010). Teorias clássicas do desenvolvimento Regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 12(21), 5-19.
- Maldonado, C. O. (2009). Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Burszty (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Mance, E. A. (2004). *Fome Zero e Economia Solidária: Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil*. Curitiba, PR: Editora Gráfica Popular.
- Mantuano, C. A. L., Olives, G. S., & Caicedo, C. K. L. (2019). El emprendimiento social en el turismo comunitario de la provincia de Manabí, Ecuador. *Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales*, 21(3), 661-680.
- Meguis, T., Farias, K., Viana, P., & Hamoy, J. (2015). Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 3(1), 98-120.
- Ministério do Turismo. (2010). *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília, DF: Ministério do Turismo.
- Moheno, J. M., Coria, E. C., & Cruz, T. F. G. (2021). Socio-technical innovation in community-based tourism organizations: a proposal for local development. *Technological Forecasting and Social Change*, 171(6), 1-12.
- Moraes, E. A., Irving, M. A., & Mendonça, T. C. M. (2018). Turismo de Base Comunitária na América Latina: Uma Estratégia em Rede. *Turismo: Visão e Ação*, 20(2), 249-265.
- Moraes, W. V., Ribeiro, G. A., & Emmendoerfer, M. L. (2013). Ensaio de uma metodologia com indicadores para o turismo de base comunitária: o caso do Território da Serra do Brigadeiro – Brasil. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 11(2), 297-312.
- Moraes, W. V., & Emmendoerfer, M. L. (2015). Turismo comunitário e inclusão social: análise do roteiro turístico de base comunitária do Projeto Boas Práticas na Serra do Brigadeiro–MG/Brasil. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET*, 5(3), 26-35.
- Moraes, W. V., Emmendoerfer, M. L., & Costa, N. M. C. (2013). Las buenas prácticas del turismo de base comunitaria en el territorio de la Serra do Brigadeiro (Minas Gerais, Brasil). *Estudios y perspectivas en turismo*, 22(6), 1074-1095.
- Neuhaus, E., & Silva, J. S. (2006). *Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico*. Fortaleza, CE: FBOMS/Instituto Terramar.

- Okazaki, E. A. (2008). Community-Based Tourism Model: Its conception and use. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(5), 511-529.
- Paula, J. (2008). *Desenvolvimento local: textos selecionados*. Brasília, DF: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae.
- Pinheiro, R. C. S. (2016). Turismo de base comunitária como inovação social na gestão do turismo em espaços rurais. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, 10(19), 146-165.
- Rabelo, C., Alves, C. P. F., Moiteiro, G., Ezequiel, G. M. G., Brasão, I. P. C., Vasconcelos, J., & Carvalho, M. (2015). Tourism Through the Gaze of Stakeholders: the Case of Óbidos Lagoon in Portugal. *Tourism Planning and Development*, 12(4), 447-462.
- Santos, L. C. R., Sampaio, C. A. C., Procopiuck, M., Silva, F. P. S., & Panke, R. (2019). Arranjo Institucional e Socioprodutivo Correlações e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 8(3), 397-417.
- Sartori, S., Latrônico, F., & Campos, L. M. S. (2014). Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. *Ambiente & Sociedade*, 17(1), 1-22.
- Silveira, C. M. (2010). Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In L. Dowbor, & M. Pochmann (Orgs.), *Políticas para o desenvolvimento local* (pp. 41-65). São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo - FPA.
- Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333-339.
- Tayra, F. (2009). *O conceito do desenvolvimento sustentável*. São Paulo, SP: USP.
- Tenório, F. G. (2012). *Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- Torraco, R. J. (2005). Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. *Human Resource Development Review*, 4(3), 356-367.
- Vargas, M. V. R., Ocaña, A. F. O., & Chaviano, E. L. M. (2017). Modelo para la gestión integrada del turismo comunitario en Ecuador, caso de estudio Pastaza. *Revista de Estudios Cooperativos*, 123, 250-275.
- Velázquez, G., Valderrama, J., Ruiz, J., & Martínez, O. (2010). Community-based tourism and the development of local small businesses in rural Baja California, Mexico. *WIT Transactions on Ecology and the Environment*, 142, 653-663.
- World Commission on Environment and Development. (1987). *Our Common Future*. Oxford, UK: Oxford University Press.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

Almeida, T. C. & Emmendoerfer, M. L. (2023). Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(1), 1-21. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2023v11n1ID29163>
